

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.105 - SP (2019/0241541-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **TUCCI ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI - SP053416**  
**RECORRIDO** : **PAULO HENRIQUE EGYDIO**  
**RECORRIDO** : **FERNANDA ALINE SANCHES EGYDIO**  
**RECORRIDO** : **CARLOS AUGUSTO EGYDIO**  
**ADVOGADOS** : **LEANDRO MARCANTONIO E OUTRO(S) - SP180586**  
**FERNANDO LUIGHI DE CARVALHO SOUZA FISCHER - SP405882**  
**RECORRIDO** : **JOSE CARLOS BEDE E SOUZA**  
**RECORRIDO** : **FINANCIAL ADVISORS - ASSESSORIA E CONSULTORIA**  
**FINANCEIRA LTDA**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**  
**RECORRIDO** : **AMOS DA FONSECA FREZ**  
**ADVOGADO** : **AMÓS DA FONSECA FREZ (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP162536**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÁLCULO DO PREPARO DA APELAÇÃO INTERPOSTA NA ORIGEM. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

Depreende-se dos autos que a Tucci Advogados Associados interpôs apelação em face de sentença que julgou improcedente a ação de rescisão contratual de investimentos ajuizada por Paulo Henrique Egydio e outros contra Financial Advisors – Assessoria e Consultoria Ltda. e outros, pretendendo a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados em desfavor dos vencidos.

Após a distribuição do recurso, o Desembargador relator da apelação determinou a complementação do preparo ante o recolhimento a menor. Contra essa decisão, a ora recorrente opôs embargos de declaração, alegando contradição no cálculo do preparo recursal, que foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.761-1.764).

Em seguida, a sociedade de advogados interpôs agravo interno, ao qual a Vigésima Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

# Superior Tribunal de Justiça

negou provimento em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.817).

RECURSO AGRADO INTERNO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. Apelo de advogados da parte requerida, pretendendo exclusivamente a majoração dos honorários sucumbenciais fixados. Recolhimento a menor. Preparo a ser efetuado com base no proveito econômico pretendido pela via recursal. Determinação para complementação. Recurso de agravo interno não provido.

Inconformada, Tucci Advogados Associados interpõe recurso especial, com fundamento naS alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 3º do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que o preparo recursal exigido pelo Tribunal de origem para interposição da apelação implica violação ao livre acesso da Justiça.

Argumenta, então, que é desnecessário complementar o preparo da apelação, uma vez que o pagamento dessa despesa deve seguir a regra do art. 4º, II e § 2º, da Lei Estadual n. 11.608/2003, isto é, calculado em 4% (quatro por cento) sobre o valor da condenação, e não sobre o valor atribuído à causa.

Contrarrazões às fls. 1.853-1.865 (e-STJ), nas quais se postula a aplicação de multa processual em desfavor da recorrente por litigância de má-fé.

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte (e-STJ, fls. 1.923-1.925).

Com efeito, ao manter a decisão que determinou a complementação do preparo recursal, o Colegiado local consignou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 1.818-1.819):

Ao contrário do defendido pelo escritório, que, previamente, interpôs apelo em nome próprio, visando a majoração dos honorários sucumbenciais, não há afronta ao artigo 4º, inciso II e ° 2º, da Lei Estadual 11.608/2003.

Isto porque, a sentença não é de natureza condenatória, pois julgou improcedente o pedido dos então requerentes PAULO HENRIQUE EGYDIO e OUTROS.

Julgados improcedentes os pedidos, o MM. Juiz “a quo” fixou honorários sucumbenciais no importe de R\$ 10.000,00 ( dez mil reais )

# *Superior Tribunal de Justiça*

para os causídicos de cada um dos requeridos.

O escritório ora agravante apelou, pretendendo que os honorários sucumbenciais sejam majorados entre 10% ( dez por cento ) e 20% ( vinte por cento ) do valor da causa, este declinado na inicial da ação em R\$ 10.799.637,00 ( dez milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais ).

Contudo, efetuou o recolhimento do preparo de R\$ 400,00 ( quatrocentos reais ), conforme folha 1.672, pretendendo a incidência de 4% ( quatro por cento ) sobre R\$ 10.000,00 ( dez mil reais ), ou seja, os honorários já fixados.

Nesta toada, ausente amparo legal para o recolhimento do preparo conforme o efetuado, vez que não guarda relação com o valor do proveito econômico pretendido nas razões recursais.

Nem se fale em óbice para acessar o poder judiciário, vez que, sequer o agravante alega impossibilidade financeira para recolhimento do preparo devido.

Em casos semelhantes, julgou esta Egrégia Corte de Justiça:

“AGRAVO INTERNO - Apelação em que se pretende, exclusivamente, a majoração dos honorários advocatícios arbitrados na sentença em R\$ 10.000,00 - Situação em que o valor do preparo deve ter por base, não o valor da condenação ao pagamento desse quantia, mas o proveito econômico pretendido pela apelante situado entre 10% e 20% do valor da causa que é de R\$ 7.252.132,31 - Agravo interno não provido.” ( Agravo Interno nº 0220659-28.2009.8.26.0100/50001, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. SÁ DUARTE, j. 13/11/18 ).

Do trecho acima transcrito, depreende-se que as conclusões alcançadas pelo acórdão recorrido foram delineadas a partir da interpretação de dispositivos da Lei Estadual n. 11.608/2003, que dispõe acerca da matéria afeta ao valor do preparo recursal.

Nessas circunstâncias, embora as razões recursais apontem afronta a dispositivo da legislação federal infraconstitucional, a análise da questão de fundo demanda o enfrentamento de artigo da mencionada lei local, que orientou a compreensão adotada na origem.

Dessa forma, não compete a esta Corte o reexame da matéria em questão, de acordo com a Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. DESERÇÃO DE APELAÇÃO INTERPOSTA NA ORIGEM. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 STF.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. A rejeição da pretensão está pautada na Lei Estadual 11.608/2003, que regulamenta a matéria afeta ao valor do preparo recursal. Nesse contexto, sendo firmada a tese impugnada com base em norma e direito local, tem-se inviabilizada a revisão em Recurso Especial, ante a incidência da Súmula 280 do STF, aplicável por analogia.

2. Ademais, a regra geral é de que os recursos devem ser regidos pela lei vigente à época da decisão recorrida. No caso, a publicação do acórdão recorrido deu-se na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Portanto, essa é a norma jurídica que deve ser observada para o exame dos pressupostos recursais. Assim, inaplicáveis, como pretende o recorrente, os preceitos do art. 1.007 do CPC/2015 na espécie.

3. Por fim, fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1812456/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 11/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREPARO DA APELAÇÃO. DESERÇÃO DECRETADA NA ORIGEM. NORMAS LOCAIS. REVISÃO INDEVIDA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A Corte de origem entendeu, com base na interpretação do art. 51, § 2º, do Provimento Conjunto 7/2007, do TJMG, e da Lei Estadual 14.939/2003, e com fundamento na preclusão, que seria devido o recolhimento do porte de retorno na interposição da apelação pelo banco recorrente. Desse modo, a revisão, na via estreita do recurso especial, de tal conclusão encontra óbice intransponível na Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário." 3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1211297/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017)

Outrossim, fica prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial, uma vez que a tese sustentada pela recorrente já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional ante a incidência do referido óbice sumular.

Por fim, acerca da pretensão da parte agravada de ver aplicada à recorrente a pena por litigância de má-fé, esta não merece guarida, porque, conforme entendimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

desta Corte, a interposição de recursos cabíveis não implica "litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 4/12/2012).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 24 de novembro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator